



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 23-09-2026

Ata nº 19

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
Verónica Fernandes Solheiro	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Liliana Alexandra Alves Gonçalves	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 17-09-2026

Operações Orçamentais	749.035,24€
Operações de Tesouraria	527.294,94€

Início da reunião: 14:30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.



O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por agradecer a presença e por apresentar os seus cumprimentos a todos os senhores Vereadores, à senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e à técnica do Município presentes na sala.

I – Período de Antes da ordem do dia

Aberto o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por comunicar que a próxima Reunião de Câmara Municipal, originalmente prevista para o dia 8 de outubro, teria de ser antecipada para quarta-feira, dia 7 de outubro de 2026, com o intuito de, logo após, permitir o exercício do direito de audição dos Vereadores do Partido Socialista sobre as Grandes Opções do Plano (GOP). Mencionou que a auscultação sobre as referidas GOP, não obstante estar agendada para as 18:00 horas, terá lugar, por forma a evitar tempos de espera ou dispêndios de tempo, imediatamente após a Reunião de Câmara.

Passou, de seguida, a apresentar a atividade do Executivo Municipal no intervalo de tempo que mediou entre a última e a presente Reunião de Câmara, tendo iniciado esta apresentação com a visita, no dia 15 de setembro de 2026, à exposição “Carteis Fantásticos”, presente na Sala de Exposições I da Sede da “Afundación Vigo”, na cidade de Vigo. Referiu que acompanharam o Executivo nesta visita, os colaboradores do Município Abel Marques e Maria do Céu Lourenço, e que esteve igualmente aí presente o Ex.mo Vereador da Cultura da Câmara de Vigo. Relatou que o *feedback* que lhe transmitido indica uma elevada afluência de visitantes espanhóis e portugueses e que a exposição incluiu cartazes da coleção de Jean-Loup Passek, a qual é considerada valiosa tanto em conteúdo como no valor monetário dos próprios cartazes, com peças cotadas no mercado de colecionadores. Mencionou que lançou o desafio aos colaboradores da Divisão de Desenvolvimento e Educação e Cultura (DDEC) para, após o término da exposição em Vigo, trazer uma seleção dessas obras para uma exposição na Casa da Cultura, adaptada ao espaço disponível, para que a população local possa ter contacto com a mostra.

Abordou, seguidamente, a receção, em 16 de setembro de 2026, do senhor Comandante Distrital da GNR, Tenente-Coronel Maciel Neiva, para a apresentação de cumprimentos de despedida antes da sua reforma. Transmitiu que o Executivo também foi convidado para a tomada de posse do novo Comandante, em Viana do Castelo, mas não poderá comparecer devido a sobreposição de compromissos em agenda.

Deu nota, depois, da realização, no dia 17 de setembro de 2026, de uma reunião com os produtores e expositores presentes na 32ª edição da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, em ordem a fazer-se o balanço da edição do certame no corrente ano, tendo sido discutidos os aspetos positivos e os pontos a melhorar e onde, conjuntamente, foram recolhidos contributos para que se mostrem proveitosos para a melhoria progressiva das próximas edições.

Ainda no âmbito da atividade do Executivo Municipal no período que mediou entre a anterior e a presente reunião, expôs a inauguração, em 18 de setembro de 2026, da exposição

dedicada à comédia na sétima arte, evento que contou com uma visita guiada à exposição e, pela primeira vez, com a projeção de um filme ao ar livre, no arruamento que constitui a entrada para o museu, tendo sido exibido um clássico de 1950 com Marilyn Monroe, ícone da comédia no cinema).

Informou, ainda, sobre a presença do Executivo na apresentação da equipa sénior de futebol feminino do Melgacense, no dia 19 de setembro de 2026. Mencionou que este ano não havia sido possível formar a equipa de Sub-19, que na época anterior foi vice-campeã distrital na liga e na taça, por falta de atletas suficientes nesse escalão etário. Transmitiu que a nova equipa sénior junta jovens atletas com jogadoras mais experientes, algumas afastadas da modalidade (futebol de 11 e futsal) há anos, totalizando cerca de 18 atletas, e referiu que a equipa técnica, liderada pelo Paul, se mantém a mesma da época anterior, com a expectativa de que a equipa seja o mais competitiva possível e traga muitas alegrias aos adeptos locais e ao concelho de Melgaço, desejando-lhes os maiores sucessos para a época 2026/2027.

Realçou, também, a prova de ciclismo Extreme Peneda-Xurés, que decorreu, com muito sucesso, no dia 19 de setembro. Disse que este evento, adiado do mês de julho devido às condições climáticas e risco de incêndio, se realizou com partida e chegada, neste ano, em Arcos de Valdevez, e incluiu três percursos, sendo o de 124 km um dos de maior desnível, com a curiosidade de a diferença de tempo entre o primeiro e o último classificado ter sido de cerca de 7 horas, o que evidencia o grande nível atingido por alguns dos atletas participantes. Referiu ainda que esta prova atravessou dois países (Portugal e Espanha), seis municípios (Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, do lado de Portugal, e Entrimo, Lóbios e Lobeira, do lado espanhol) e dois parques naturais (o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural do Baixa Limia-Serra do Xurés). Comunicou que o número de participantes foi limitado a 180 atletas, conforme as restrições impostas pelo ICNF, tendo-se praticamente esgotado as inscrições. Mais transmitiu que Melgaço esteve por si representado na cerimónia da entrega dos prémios, na Vila dos Arcos de Valdevez.

Focou, posteriormente, da 6ª edição da prova de ciclismo “Monção e Melgaço Granfondo”, que teve lugar no domingo, dia 20 de setembro de 2026, sob a organização da Associação Bikeservice. Informou que este evento teve, neste ano, partida em Monção, às 09:00 horas e contou com 1.200 participantes, um aumento substancial de atletas, de cerca de 25%, face à edição do ano anterior (numa prova que já teve cerca de 1.900 participantes, mas cujo número foi decrescendo ano após ano, tendo nesta edição sido invertida a curva descendente, o que lhe apraz registar). Disse que os percursos passaram pelo território de Melgaço (com os primeiros atletas a chegar à zona da Vila por volta das 09:30 horas) e que a cerimónia protocolar, na qual também marcou presença, decorreu, em Monção, a partir das 14:00 horas. Destacou que os atletas demonstraram ficar encantados com o percurso e as paisagens da região de Monção e Melgaço.

Salientou, de seguida, a presença do Executivo na sessão de boas-vindas aos alunos da Escola Superior de Desporto e Lazer (ESDL), para o ano letivo 2026/2027, ocorrida no dia 21 de setembro de 2026. Transmitiu que na primeira fase de candidaturas foram preenchidas cerca de metade das vagas (um resultado idêntico ao do ano anterior) e que na segunda fase se espera sejam preenchidas as vagas restantes. Disse que a oferta formativa inclui agora três mestrados e um doutoramento, com boa afluência de inscrições. Referiu que foram identificados dois desafios principais para a integração dos alunos: a necessidade de incrementar a oferta de alojamento e a melhoria dos transportes, um problema que afeta toda a população e para cuja resolução o Executivo está a trabalhar.

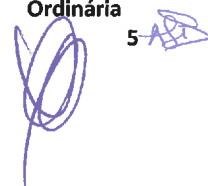
Abordou, por fim, a participação do Executivo na reunião do Conselho Municipal de Educação, que teve lugar no dia 22 de setembro de 2026, reunião esta que contou com a presença de 16 das 20 entidades que o compõem. Disse que foi aí discutida a oferta educativa, incluindo as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Comunicou que a senhora Diretora do Agrupamento de Escolas, Professora Paula Cerqueira, levantou a questão da falta de assistentes operacionais, uma questão que coloca de forma recorrente, ano após ano, referindo a carência de mais dois funcionários, um dos quais se prende com a necessidade de vir a ser alocado, a tempo inteiro, para mais um aluno com necessidades educativas específicas. Transmitiu que já se encontram aprovados, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, dois contratos de emprego-inserção, para colmatar estas necessidades.

Feita a apresentação da atividade do Executivo Municipal, no período que mediou entre a anterior e a presente reunião, o senhor Presidente da Câmara Municipal perguntou se alguns dos senhores Vereadores presentes se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos, tendo-se inscrito a senhora Vereadora Fátima Pereira.

Isto posto, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira, que começou por apresentar os seus cumprimentos ao senhor Presidente, aos senhores Vereadores, à senhora Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e à técnica do Município presente.

A senhora Vereadora Fátima Pereira prosseguiu a sua intervenção, começando por solicitar um ponto de situação sobre eventuais progressos no arranjo físico do passadiço que dá acesso ao Marco n.º 1, em Cevide. Aproveitou a ocasião para confirmar a sua presença no lançamento filatélico do selo comemorativo do Marco n.º 1 de Portugal, marcado para o dia 29 de setembro de 2026.

Mencionou, de seguida, a sua preocupação com a falta de assistentes operacionais no Agrupamento de Escolas, que disse ser particularmente crítica este ano, devido ao aumento do número de alunos com dificuldades graves na escola básica e secundária, os quais necessitam de acompanhamento individualizado. Ainda sobre estes alunos com necessidades educativas



especiais, questionou sobre a veracidade das informações que lhe foram veiculadas, no sentido de que a atividade de hipismo não se iria realizar este ano para estes alunos e de que as aulas de natação poderão vir a sofrer limitações devido à baixa médica de um técnico, o que afetará não só os alunos com necessidades especiais (que só começariam em outubro) mas também outros alunos que aproveitam a disciplina para aprender a nadar gratuitamente. Reafirmou a importância da habitação para a fixação dos alunos do IPVC e sugeriu o estabelecimento de parcerias com esta instituição, por forma a resolver a falta de monitores em atividades desportivas e a sobrelotação do ginásio. Disse que o ginásio regista uma elevada procura e listas de espera especialmente nas aulas de grupo e sugeriu a procura de espaços alternativos fora da vila e em juntas de freguesia. Referiu que os alunos do IPVC poderiam, através de protocolos, apoiar as aulas de grupo (sob supervisão) e as aulas de natação, visto que esta é uma das suas áreas de formação.

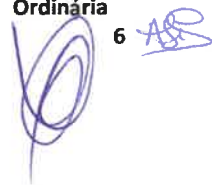
Por fim, manifestou satisfação pela intenção de se trazer parte da exposição dos cartéis de Jean-Loup Passek, atualmente em Vigo, para a Casa da Cultura, tendo considerado importante a divulgação deste espólio.

Em resposta à intervenção da senhora Vereadora Fátima Pereira, e iniciando pelo último ponto por aquele apresentado, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que, após o lançamento do desafio da realização da exposição dos cartéis fantásticos, que fazem parte do espólio de Jean-Loup Passek, na Casa da Cultura, ao colaborador Abel Marques, a mesma já se encontra confirmada, aguardando-se apenas a data para a sua concretização.

Relativamente à reconstrução do passadiço de Cevide, danificado por um incêndio, comunicou que o Executivo aguarda o relatório de peritagem sobre as circunstâncias da ocorrência do incêndio, para definir responsabilidades, antes de poder tomar qualquer decisão, e transmitiu que, se não forem encontrados culpados, o Município terá que assumir o custo da reconstrução, caso em que será necessário alocar verbas para a obra, na discussão para a elaboração do próximo orçamento.

Sobre o evento filatélico mencionado pela senhora Vereadora Fátima Pereira, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta iniciativa, desenvolvida em colaboração com os CTT, terá lugar no dia 29 de setembro de 2026, visando divulgar Melgaço e o seu marco icónico, o Marco n.º 1 de Portugal, sito em Cevide. Transmitiu que, durante o evento, serão carimbados entre 100 e 120 postais com selos criados especificamente para a ocasião, que poderão ser entregues e guardados pelos presentes. Aludiu a que foram convidados para este evento os alcaides dos dois concelhos do lado espanhol que confinam com a área (Crescente e Padrenda), reforçando os laços existentes com o concelho de Melgaço. Disse que, no final, será servido um *"Alvarinho de Honra"*.

Relativamente à questão na área da educação, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Dr. Pedro Bezerra, Diretor da ESDL, afirmou na reunião do Conselho Municipal de Educação que a questão do alojamento estava solucionada, sendo certo que o Executivo considera



que é preciso fazer ainda um pouco mais, tendo já providenciado por soluções através da Pousada da Juventude e da requalificação da antiga Escola Primária de Prado. Referiu, ainda, que está a ser desenvolvido um plano, ao nível da construção, que inclui respostas de privados e promotores imobiliários. Transmitiu, posteriormente, que a questão dos transportes para o agrupamento de escolas também é um desafio em análise. Ainda no âmbito da educação, destacou a qualidade da oferta educativa, incluindo as atividades de enriquecimento curricular (de inglês, de atividade física e desportiva e de natação, desde o pré-escolar), que beneficiam de infraestruturas, transportes e monitores assegurados pelo Município. Afirmou que o Município oferece condições consideradas de excelência para o pessoal docente, auxiliares e alunos.

Sobre a falta de monitores nas aulas de natação, disse que a MelSport (enquanto empresa que gere as piscinas), através do seu Diretor Executivo, Dr. Jorge Ribeiro, está a tratar de encontrar soluções para a falta do monitor que se encontra de baixa médica, por forma a que não haja interrupção nas aulas de natação.

Quanto à proposta, de agregação dos alunos do IPVC, para expandir as modalidades desportivas, apresentada pela senhora Vereadora Fátima Pereira, referiu que a mesma, tanto quanto é do seu conhecimento, já vem sendo implementada, designadamente ao nível do ginásio, e que será certamente tida em conta, para discussão, pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no âmbito do Conselho de Administração da Melsport.

No que concerne ao hipismo, relatou que o Centro Hípico comunicou ao Executivo a impossibilidade de este ano continuar com atividade, designadamente por falta de recursos humanos, não se devendo esquecer que tal atividade, tendo em conta o tempo despendido nas deslocações (de ida e volta) e os vários alunos que a frequentavam, apenas permitia que cada aluno com ela tivesse contacto por breves minutos. Transmitiu que, como alternativa, o Município propôs as aulas de yoga à senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Melgaço, uma oferta que considera muito interessante, por trabalhar as componentes física, emocional e cognitiva, e cujo pagamento seria assumido pelo Município. Referiu que esta proposta se encontra atualmente em avaliação, com consulta à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAI), cuja opinião é tida primordialmente em conta nestes casos.

Ainda no seio do tema da educação, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a senhora Diretora do Agrupamento de Escolas expressou grande satisfação com o projeto "School4All". Disse que as técnicas alocadas a este projeto, especialistas em psicologia e psicomotricidade, são do próprio território e estão a alcançar resultados considerados espetaculares no apoio e na inclusão.

No seguimento da exposição do senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vereadora Fátima Pereira constatou que, apesar do sucesso do projeto "School4All", existe a falta de um terapeuta ocupacional, pelo facto de os concursos para a vaga terem ficado desertos, pese



embora o equipamento para a sala de terapia estar todo disponível. Confidenciou que existe uma grande necessidade de terapeutas da fala para muitos alunos. Sugeriu a criação de incentivos adicionais para atrair profissionais desta área, como uma compensação financeira extra ou a ajuda com a habitação, dado que a distância é um fator dissuasor.

Na sequência da intervenção da senhora Vereadora Fátima Pereira sobre a necessidade do Agrupamento de Escolas deter terapeutas ocupacionais, o senhor Presidente da Câmara Municipal elucidou que a escassez de terapeutas da fala é um problema generalizado na região do Alto Minho, não sendo uma questão de falta de verbas ou de apoios do Município, uma vez que esta autarquia, detendo verbas para efeito, abriu concurso para um terapeuta da fala no âmbito do projeto "School4All", tendo o concurso ficado deserto. Transmitiu que a elevada necessidade de envolvimento destes profissionais é um fenómeno recente e que tudo deve ser feito no sentido de se promover a formação e habilitação académica desta área profissional junto dos jovens, a fim de futuramente se suprir a sua carência no mercado de trabalho. Descreveu que a intervenção precoce de terapeutas é fundamental e a escola tem um papel ativo na identificação das necessidades dos alunos.

Em consonância com o referido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vereadora Fátima Pereira disse que a equipa da EMAI na escola é eficaz a identificar as necessidades específicas dos alunos, mesmo quando os pais não as percebem, e a senhora Vereadora Verónica Solheiro afirmou que a intervenção terapêutica atempada em casos leves é crucial para evitar dificuldades permanentes.

II – Período da Ordem do dia

Administração Municipal

246. Presente, para efeitos de análise e votação, a Ata n.º 18, de 10-09-2026.

Na apresentação do presente assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a minuta da ata n.º 18 foi enviada na passada segunda-feira aos senhores Vereadores, tempo necessário para que, desde a data em que a rececionou pelos serviços, no domingo, e de acordo com a sua, preenchida, agenda, pudesse proceder à inserção (corretiva) dos seus próprios contributos, que incidiram essencialmente sobre a omissão na Ata da correção relativa ao texto do assunto n.º 243 da ordem de trabalhos (respeitante à ratificação da aprovação pelo Presidente da Câmara) e ao adicionamento na mesma da menção respeitante ao período de intervenção do público, que faltava no final do documento. Isto posto, e tendo referido que não foram apresentados contributos pelos senhores Vereadores, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o assunto à discussão.

Não tendo havido intervenções, e posto o assunto à votação, o Executivo deliberou, por unanimidade dos membros com direito de voto, aprovar a Ata n.º 18, de 10-09-2026, não tendo participado na votação a Vereadora Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves, por não ter estado presente na reunião a que a referida ata diz respeito.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

247. Justificação de faltas.

Neste ponto, verificou-se a apresentação do pedido de justificação de falta à reunião de 10-09-2026 pela senhora Vereadora Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves, por motivos profissionais.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a, apresentada, justificação de falta, não tendo participado na votação a respetiva requerente.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

248. Presente Ofício da Junta de Freguesia de Paderne, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 3.000,00 EUROS, destinado a suportar as despesas relacionadas com a reparação do muro situado no Caminho do Portal da Cerdeira, Freguesia de Paderne, que ficará anexo à presente ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Junta de Freguesia de Paderne solicitou um subsídio no valor de 3.000 EUROS para comparticipação na reparação do muro de um caminho público que ruiu parcialmente (em cerca de 13 m²) e que na sequência deste pedido o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal se havia deslocado ao local e conversado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, do que resultou o pedido de orçamentos para a concretização desta obra, tendo-se optado pelo de valor mais baixo, que, em função da correção da área, ronda os 2.600 EUROS, acrescidos de IVA. Transmitiu que, apesar das dificuldades financeiras do Município, e do elevado volume de transferências de verbas pecuniárias já realizadas para as freguesias, foi encontrada uma solução, que passou pela elaboração de um levantamento topográfico, para confirmação da área de intervenção, e pela atribuição de um subsídio no valor de 2.000 EUROS, correspondendo a uma comparticipação superior a 50% do custo da obra de reparação do muro.

Feita esta apresentação, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à discussão, tendo-se pronunciado a senhora Vereadora Fátima Pereira, que referiu que perante a justificação apresentada para a diminuição entre o valor do subsídio peticionado e o valor proposto para atribuição à Junta de Freguesia de Paderne, as senhoras Vereadoras do Partido Socialista nada tinham a opor à sua votação favorável.

Isto posto, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto à votação.

O Executivo deliberou por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 10536, de 09-09-2026, e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conceder à Junta de Freguesia de Paderne um subsídio, no valor de 2.000,00 EUROS, para suportar as despesas relacionadas com a reparação do muro situado no Caminho do Portal da Cerdeira, Freguesia de Paderne.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

249. Presente, para efeitos de aprovação, as Normas do Concurso dos Medos de 2026, que ficarão anexas a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na exposição deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal transmitiu que o evento “Noite dos Medos” e o “Concurso dos Medos” têm historial de realização em anos anteriores, cabendo à Câmara Municipal, enquanto órgão colegial, aprovar as respetivas normas, as quais foram já distribuídas por todos os senhores Vereadores. Comunicou que foram introduzidos alguns ajustamentos para a edição do corrente ano, um deles por sugestão da senhora Vereadora da Cultura, Liliana Gonçalves, permitindo a reintrodução do concurso em categorias individuais. Referiu que as normas, categorias, e prémios, já estão previstos e que o dia da sua realização está já fixado, coincidindo, este ano, com a “noite das bruxas”, no dia 31 de outubro próximo. Manifestou o desejo expresso de que as condições meteorológicas permitam a realização deste evento ao ar livre, junto ao Castelo. Informou que a programação foi desenhada com o objetivo de proporcionar “uma noite em cheio”, e tendente ao atrair de muitas pessoas, em especial os nossos vizinhos espanhóis, tradicionalmente muito efusivos e animados neste tipo de eventos.

Em aditamento ao informado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora Vereadora Liliana Gonçalves transmitiu que o mínimo de elementos nos grupos foi reduzido de 8

para 5, permitindo a participação de grupos mais pequenos, o que também foi considerado positivo.

Tomou a palavra a senhora Vereadora Fátima Pereira, que sugeriu o endereço de convite aos bares locais, por forma a criar uma noite agradável, replicando anos em que isso foi possível. Desejou que tudo corra bem.

De novo no uso da palavra, o senhor Presidente da câmara Municipal mencionou que as componentes programáticas deste evento já se encontram planeadas, passando pela realização de um percurso, de um espetáculo de fogo (condicionado às condições meteorológicas), pela performance de uma empresa de animação que irá ser contratada para o efeito, e pela colaboração (que já estava prevista) com bares e um DJ para dinamizar a noite.

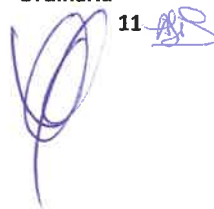
Finda esta apresentação, e as intervenções a que houve lugar, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 10581, de 10-09-2026, a aprovação das normas de participação no Concurso dos Medos 2026.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

250. Presente Ofício da Associação Castro Solidário, a solicitar a concessão de um apoio financeiro para aquisição de uma viatura de 9 lugares, destinado ao serviço prestado no âmbito de deslocação de utentes, que ficará anexo à presente ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou que, sem ter sido promovida uma conversa prévia, que é habitual, com o Executivo Municipal, que geralmente inclui auscultação sobre a possibilidade e os termos do apoio, o Município rececionou o presente pedido de apoio financeiro. Referiu que da informação técnica onde se abordou este pedido de apoio transparece a não existência de verba prevista no orçamento para esta necessidade. Explicou que na atualidade a Associação Castro Solidário utiliza uma viatura de cinco lugares para as deslocações, e que pretende adquirir uma viatura de nove lugares, com um custo estimado de 39.000 EUROS, para o que já amealhou uma quantia de 27.000 EUROS, existindo ainda assim uma diferença de 12.000 EUROS. Transmitiu que o Executivo entende que a aquisição desta viatura de nove lugares corresponde a uma necessidade e é uma mais-valia, dado o número de utentes, pese embora não exista nenhuma verba no orçamento para acautelar, no imediato, esta necessidade. É proposto, na informação que serve de base a este assunto, o indeferimento da pretensão, mas que já ocorreram contactos com a direção da associação requerente para que reapresente a



solicitação deste apoio no próximo ano de 2027, visando a inserção da correspondente verba no próximo orçamento. Deixou claro que o Município quer ajudar e colaborar com as Associações, não podendo, contudo, desrespeitar as regras e o rigor orçamental.

Pediu a palavra a senhora Vereadora Verónica Solheiro, que questionou sobre a margem orçamental eventualmente existente para tentar ajudar esta associação ainda em 2026, ou sobre a possibilidade de se estabelecer um compromisso de apoio escrito, que poderá permitir que a associação recorra ao crédito para adquirir a viatura antes de se efetivar a concessão do apoio por parte do Município.

A esta pergunta respondeu o senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que se tivesse havido uma conversa prévia da direção da associação requerente com o Executivo, poder-se-ia ter chegado a uma solução ainda no decorrer deste ano, que até poderia passar pela outorga de um contrato de *leasing* pela associação, com a garantia de apoio a ser dada pelo Município.

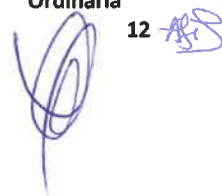
Adicionalmente, o senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou que ainda na semana em curso teve uma reunião com o Reverendo Padre Rogério, que lhe revelou que um apoio do Município, aprovado em reunião da Câmara de dezembro de 2024, também para a aquisição de uma carrinha de transporte das crianças do Centro de Acolhimento, ainda se encontrava por pagar, o que coloca o Município numa situação de premente necessidade de conseguir alocar verbas para o pagamento deste compromisso, assumido há quase dois anos. Disse que esta informação sustenta a prudência que o Município deve ter em assumir novos compromissos que não tenham cobertura orçamental imediata.

Reafirmou, e pediu que ficasse a constar da presente ata, que o Município se compromete a procurar uma solução com a associação, de modo a atribuir um apoio neste particular, nem que seja de forma faseada, desde que aquela volte a apresentar o pedido em 2027, permitindo preparar e considerar uma verba para esse efeito no orçamento para o ano de 2027.

Após esta apresentação, pronunciou-se, ainda, a senhora Vereadora Fátima Pereira, que mostrou a sua satisfação com esta abertura do Executivo Municipal em atribuir apoio à Associação Castro Solidário.

Isto posto, o senhor Presidente da Câmara Municipal colou este assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 10828, de 17-09-2026, e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o indeferimento do pedido da requerente, com a sugestão de esta voltar a apresentar o pedido em 2027, por forma a que o mesmo seja considerado no orçamento para o ano de 2027.



O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Gestão Municipal

251. Presente, para efeitos de aprovação, e posterior submissão à próxima sessão de Assembleia Municipal, a primeira alteração ao Mapa do Pessoal do Município de Melgaço 2026 - criação de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico, que ficará anexo a presente ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por reafirmar o compromisso assumido pelo Executivo Municipal de não aumentar o quadro de pessoal no corrente ano de 2026, tendo clarificado que, todavia, não é isto que está em causa no ponto em discussão, mas sim a mobilidade dentro da carreira e da categoria. Referiu que se pretende a regularização da situação profissional da colaboradora Angélica, para o que necessário se torna criar o lugar de assistente técnico no quadro de pessoal do Município, uma vez que o lugar existente no mapa de pessoal é o de assistente operacional. Comunicou que se pretende permitir a consolidação por via da mobilidade da referida colaboradora, oriunda dos quadros do Município (no âmbito do qual trabalhava na escola C+S) e atualmente requisitada pelo Instituto dos Registos e Notariado, na Conservatória do Registo Civil e Predial de Melgaço. Transmitiu que não há lugar a quaisquer encargos financeiros para o Município com a criação desta categoria e carreira, até porque não é o Município que está a pagar o vencimento da referida colaboradora.

Feita esta elucidação, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto à discussão, tendo-se pronunciado a senhora Vereadora Fátima Pereira, que afirmou ter entendido que o que estava em causa seria a regularização da situação laboral da colaboradora referenciada, e que, por isso, as senhoras Vereadoras do Partido Socialista nada tinham a opor.

Após esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 10815, de 16-09-2026, e no uso da competência prevista no artigo 25.º, n.º 1, alínea o), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal da proposta da primeira alteração ao Mapa do Pessoal do Município de Melgaço 2026 – criação de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Técnico.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



252. Presente, para efeitos de aprovação, o Protocolo para concretização do Memorando de Entendimento entre o Município de Melgaço e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, e formalização da parceria para a execução do projeto NORTE 2030-FEDER 02278000 - Reforço de meios para a prevenção e gestão de riscos, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

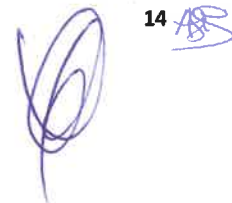
Relativamente a este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foi celebrado um Memorando, em dezembro de 2024, entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço (AHBV), visando uma candidatura para equipar aquela associação com mais um equipamento/viatura, candidatura esta que foi preparada pelos técnicos do Município, no âmbito dos vários níveis de colaboração prestada (com equipas técnicas, com logística e com a atribuição de apoio financeiro). Disse que em 2026 o Município fez um esforço financeiro estimado em cerca de 230.000 EUROS a atribuir aos Bombeiros de Melgaço, reforçado com cerca de 31.000,00 EUROS para a assunção da componente nacional da referida candidatura. Transmitiu que a senhora Chefe da Divisão de Gestão Municipal (também dirigente da AHBV) alertou para a subsistência deste compromisso com quase dois anos e sem cobertura orçamental, facto que levará o Município a fazer cortes noutras rubricas para poder honrar esta obrigação.

Confrontado com a pergunta formulada pela senhora Vereadora Fátima Pereira, no sentido de saber o motivo pelo qual a senhora Chefe da Divisão de Gestão Municipal não ter alertado mais cedo para este facto, o senhor Presidente da Câmara Municipal elucidou que o Município esperava adiar a afetação desta verba para 2027, via transferência de apoio do orçamento municipal, o que não será possível, uma vez que a concessão deste apoio terá de ocorrer em 2026 por estrita exigência no honrar de compromissos assumidos, e que a transferência no corrente ano, tendo presente que para a concretizar ter-se-á de ir buscar a verba a outras rubricas, despoletará a necessidade de nos apoios para o próximo ano ter de se descontar este valor, previamente transferido, para compensação entre os exercícios anuais. Concluiu a sua intervenção referindo que a renovação do parque automóvel da AHBV é necessária, mas acarreta consequências, mais concretamente o não acautelamento de outras carências, a outros níveis, que o Município também tem de acautelar.

Não tendo havido mais intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 10862, de 17-09-2026, e no uso da competência que lhe confere a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- i. Aprovar a celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município de Melgaço e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, nos termos da minuta;
- ii. Autorizar o senhor Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a outorgar o referido Protocolo.



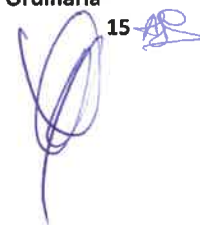
O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Gabinete de Projetos

253. Presente, para efeito de aprovação, e posterior submissão à próxima sessão de Assembleia Municipal, a primeira alteração ao Regulamento dos Benefícios Fiscais do Município de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a alteração proposta ao Regulamento dos Benefícios Fiscais do Município de Melgaço (que conta com três anos de vigência) visa, entre outras coisas, a modificação das normas transitórias (que são atualmente obsoletas), a efetivação de correções materiais, a eliminação de duplicações de apoios, o alinhamento com a legislação nacional relativamente a benefícios que já constam do Estatuto dos Benefícios Fiscais (incluindo o IMT e o Imposto de Selo na aquisição de habitação própria e permanente), a reorientação dos apoios (pretendendo-se privilegiar o incremento de mercado habitacional para classes sociais mais desfavorecidas, incluindo os jovens, via habitação própria permanente e arrendamento), a correção de distorções, por forma a evitar apoiar promotores que comprem para revender ou para segunda habitação, mantendo os imóveis fechados, o direcionamento de apoios para a habitação efetiva (arrendamento ou habitação própria e permanente), a introdução de uma medida de apoio ao investimento, com a isenção de IMI, nos primeiros 5 anos, para construções em parques empresariais, a não isenção de IMI no âmbito da construção ou reconstrução para fins turísticos (concentrando-se o foco em necessidades habitacionais efetivas e grupos socialmente fragilizados), e o ajuste nas taxas urbanísticas (necessidade de compensar custos municipais com pavimentações e redes de abastecimento de águas e saneamento, incluindo a substituição de estações elevatórias, que corresponde a investimentos de dezenas de milhares de euros). Referiu ter constatado que nos últimos 3 anos os apoios tiveram aplicação prática de cerca de 17.000 EUROS, sem a comparticipação desejável dos promotores para as obras públicas que beneficiam e suportam os seus projetos. Transmitiu que a nova lógica de isenção de taxas não reside no facto de extinguir isenções, mas sim no seu escalonamento em função do número de fogos/unidades por empreendimento, incentivando a construção com maior volumetria. Disse que também foi introduzida uma norma que estabelece um prazo limite para a execução das obras, após aprovação (a fim de se evitar imobilização de direitos sem execução física) e que foi estabelecido um “teto” quanto à possibilidade de isenções (com limitações explícitas). Comunicou que não houve, neste processo, a constituição de interessados, nem contributos apresentados, e que, uma vez que se trata de isenções (e não da criação de ónus ou encargos) não se justifica a consulta pública.

Feita esta exposição, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à discussão, tendo-se pronunciado a senhora Vereadora Fátima Pereira, que reconheceu que as



isenções promovidas pelos anteriores Executivos visaram, no início, impulsionar o arranque da construção habitacional e que, face às necessidades atuais, concorda com os ajustes propostos.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou este assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 10697, de 14-09-2026, e no uso da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea a), do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do projeto de Regulamento – primeira alteração ao Regulamento dos Benefícios Fiscais do Município de Melgaço - e a sua submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto nas alíneas c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º do mencionado Regime Jurídico das Autarquias Locais.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Presidência

254. Presente proposta de designação de representante do Município no Conselho Local de Saúde Mental, que ficará anexo à presente ata.

Relativamente ao presente assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal justificou a necessidade de designação de um novo representante no Conselho Local de Saúde Mental com a alteração do Executivo e com a carência de alinhamento desta representação com os pelouros atuais, do que resultou a proposta de designação da senhora Vereadora Liliana Gonçalves para ter assento naquele Conselho.

Colocado o assunto à discussão, e após a intervenção da senhora Vereadora Fátima Pereira, no sentido de referir que nada tinha a opor a esta nomeação, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, a designação da Vereadora da Câmara Municipal com os Pelouros da Saúde, Ação Social, Educação e Cultura, Liliana Alexandra Alves Gonçalves, como representante do Município de Melgaço no Conselho Local de Saúde Mental, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 113/2021, de 14 de dezembro, na sua redação atual.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

E por nada mais haver a tratar, quando eram as 15:40 horas, foi a reunião encerrada pelo senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

E eu, Ana Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues